



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA - SEAGRI
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

MINUTA DE CONTRATO nº 25/2026/SEAGRI - DICOMPRAS

MINUTA DE CONTRATO Nº X/2025

Processo nº

O **Estado do Acre**, por meio da, inscrita no CNPJ sob o n.º, sediada na, neste ato por seu, o Sr., inscrito no CPF nº, domiciliado nesta capital, no uso das atribuições legais que lhe confere o, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa, devidamente inscrita no CNPJ Nº, estabelecida na, neste ato representada pelo Sr., portador da cédula de identidade nº inscrito no CPF/MF nº domiciliado e residente cidade de, denominada simplesmente **CONTRATADA**, pactuam o presente **CONTRATO** em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terrestre de passageiros, mediante disponibilização de vans, micro-ônibus e ônibus, com motorista fornecido pela contratada, para atendimento da logística de deslocamento de participantes em eventos institucionais da Secretaria de Estado de Agricultura - SEAGRI, abrangendo deslocamentos urbanos e intermunicipais, com medição e pagamento por quilômetro efetivamente percorrido com passageiros, sendo todos os custos operacionais de responsabilidade da contratada, inclusive combustível, manutenção, seguros e demais encargos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Descrição do Item (Objeto)	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
SERVIÇO DE TRANSPORT E - MODELO ÔNIBUS EXECUTIVO Prestação de serviço de transporte terrestre de passageiros, mediante disponibilização de veículo tipo ônibus executivo, com capacidade mínima de 42 (quarenta e dois) passageiros sentados, veículo novo ou seminovo, ano/modelo de fabricação a partir de 2015, com motorista fornecido pela contratada, para realização de deslocamentos sob demanda no perímetro urbano da capital e em trajetos intermunicipais, em rodovias pavimentadas ou ramais, com medição e pagamento por quilômetro efetivamente percorrido com passageiros, incluídos no preço todos os custos operacionais, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência. Unidade de medição: Quilômetro (km).	km			

SERVIÇO DE TRANSPORT E - MODELO MICROÔNIBUS Prestação de serviço de transporte terrestre de passageiros, mediante disponibilização de veículo tipo micro-ônibus, com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) passageiros sentados, veículo novo ou seminovo, ano de fabricação a partir de 2015, com motorista fornecido pela contratada, para realização de deslocamentos sob demanda no perímetro urbano da capital e em trajetos intermunicipais, em rodovias pavimentadas ou ramais, com medição e pagamento por quilômetro efetivamente percorrido com passageiros, incluídos no preço todos os custos operacionais, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência. Unidade de medição: Quilômetro (km)	km			
SERVIÇO DE TRANSPORT E - MODELO VAN Prestação de serviço de transporte terrestre de passageiros, mediante disponibilização de veículo tipo van, com capacidade mínima de 15 (Quinze) passageiros sentados, veículo novo ou seminovo, ano de fabricação a partir de 2015, com motorista fornecido pela contratada, para realização de deslocamentos sob demanda no perímetro urbano da capital e em trajetos intermunicipais, em rodovias pavimentadas ou ramais, com medição e pagamento por quilômetro efetivamente percorrido com passageiros, incluídos no Termo de Referência. Unidade de medição: Quilômetro (km).	km			

VALOR TOTAL R\$ - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

- 2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 2.1.1. O Termo de Referência;
 - 2.1.2. O Edital da Licitação;
 - 2.1.3. A Proposta do contratado;
 - 2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. DA VIGÊNCIA

- 3.1.1. O Termo de Contrato terá vigência inicial a partir da data de sua assinatura, ficando adstrito à vigência do respectivo crédito orçamentário, nos termos do art. 105 da Lei n.º 14.133/2021, em consonância com o Plano de Contratações Anual - PCA e com as normas orçamentárias vigentes no âmbito do Estado do Acre.
- 3.1.2. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, observado o limite máximo de 5 (cinco) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração, demonstração da vantajosidade da prorrogação e prévia e suficiente disponibilidade de crédito orçamentário para o período subsequente.
- 3.1.3. A adstrição da vigência ao crédito orçamentário não afasta a possibilidade de prorrogação contratual, constituindo condição para a execução financeira do ajuste, em observância aos princípios do planejamento, da responsabilidade fiscal e do controle orçamentário.
- 3.1.4. Durante o período de vigência contratual, consideram-se incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto, ressalvados aqueles relativos às garantias eventualmente pactuadas, que poderão ultrapassar o prazo de vigência do contrato, quando expressamente previsto.

3.2. DA EFICÁCIA

- 3.2.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.
- 3.2.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:
 - 3.2.2.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
 - 3.2.2.2. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1.1. Os serviços de transporte terrestre de passageiros serão executados no município de Rio Branco/AC, em seu entorno e nos demais municípios do Estado do Acre, conforme definido em cada Ordem de Serviço, abrangendo deslocamentos urbanos e intermunicipais, em rodovias pavimentadas ou não, ramais, vias vicinais e áreas rurais, de acordo com a natureza das atividades institucionais desenvolvidas pela SEAGRI.

4.1.2. O ponto inicial de embarque, o destino final, bem como eventuais pontos intermediários de parada, serão definidos previamente pela Administração em cada Ordem de Serviço, podendo situar-se na sede da SEAGRI, em escritórios locais, pontos de concentração, locais de eventos ou em qualquer outro local indicado, conforme a necessidade do serviço.

4.1.3. Quando necessário, a Administração poderá exigir a apresentação dos veículos para vistoria, em local e horário a serem definidos pela SEAGRI, inclusive na Divisão de Transportes da Secretaria, situada na Av. Nações Unidas, n.º 2.604, bairro 7º BEC, Rio Branco/AC, sem que tal exigência configure regra geral ou condição permanente para a execução dos serviços.

4.1.4. Os deslocamentos realizados pela contratada até o ponto inicial de embarque indicado pela SEAGRI, bem como eventuais deslocamentos posteriores sem passageiros, não integram o local de execução para fins de medição e pagamento, sendo de inteira responsabilidade da contratada, nos termos do modelo de medição e pagamento estabelecido no Termo de Referência.

4.1.5. Considerando o caráter dinâmico das demandas institucionais, não haverá limitação geográfica rígida para a execução dos serviços, desde que os deslocamentos estejam vinculados às atividades da SEAGRI e formalmente autorizados por meio de Ordem de Serviço.

4.2. PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

4.2.1. O início da execução de cada serviço de transporte ocorrerá conforme definido na respectiva Ordem de Serviço, observados a data, o horário e as demais condições nela estabelecidas pela SEAGRI.

4.2.2. As Ordens de Serviço deverão ser encaminhadas à contratada, sempre que possível, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas, nas quais o prazo poderá ser reduzido, desde que haja viabilidade operacional para atendimento.

4.2.3. Recebida a Ordem de Serviço, caberá à contratada providenciar, em tempo hábil, veículo compatível com a demanda, devidamente regularizado e em condições adequadas de segurança, conservação e higiene, bem como motorista habilitado e com conhecimento da rota, responsabilizando-se pelo cumprimento dos horários e locais definidos pela Administração.

4.2.4. Os serviços poderão ser executados fora do horário regular de expediente, inclusive em períodos noturnos, finais de semana e feriados, sempre que assim definido na Ordem de Serviço, em razão da natureza das atividades institucionais desenvolvidas pela SEAGRI.

4.2.5. Na hipótese de necessidade de alteração do local, data ou horário inicialmente definidos, a Administração comunicará a contratada com a antecedência possível, considerando a dinâmica da demanda, cabendo à contratada proceder aos ajustes operacionais necessários.

4.2.6. O atraso injustificado no início ou na execução do serviço que comprometa a programação institucional caracterizará inexecução da Ordem de Serviço, sujeitando a contratada à glosa da medição correspondente e à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.

4.3. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO:

4.3.1. Os serviços objeto da presente contratação enquadram-se como transporte privado de passageiros sob regime de fretamento, nos termos da legislação regulatória aplicável, tendo em vista que se destinam ao atendimento de grupos previamente definidos pela Administração, mediante contratação direta, sem acesso irrestrito do público em geral.

4.3.2. A execução dos serviços ocorrerá por demanda da Administração, sem itinerários fixos, sem horários regulares previamente estabelecidos e sem exploração comercial do serviço pela contratada, inexistindo qualquer forma de cobrança de tarifa individual dos passageiros transportados, sendo a remuneração realizada exclusivamente pela Administração Pública, conforme as condições contratuais.

4.3.3. Em razão dessas características, os serviços não se confundem com transporte público regular, nem se submetem ao regime de concessão ou permissão de serviço público, tratando-se de atividade executada sob regime privado, mediante contrato administrativo, com observância das autorizações regulatórias pertinentes, quando exigíveis.

4.3.4. A execução dos serviços não caracteriza relação de consumo individual com os passageiros transportados, inexistindo vínculo contratual direto entre estes e a Administração Pública ou a contratada.

4.3.5. A contratada será integralmente responsável por todas as providências e obrigações decorrentes da execução dos serviços, inclusive aquelas previstas na legislação de trânsito, ambiental, trabalhista, previdenciária, securitária e regulatória, respondendo por quaisquer danos causados à Administração, aos passageiros ou a terceiros, decorrentes da execução contratual.

4.3.6. A execução dos serviços não implica a existência de vínculo jurídico, contratual ou trabalhista entre a Administração Pública e os empregados, motoristas ou prepostos da contratada, sendo esta a única responsável pela gestão de seu pessoal.

4.3.7. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, seguros obrigatórios e demais coberturas exigidas, nos termos da legislação vigente e do Termo de Referência, sem que disso decorra qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração.

5. CLÁUSULA QUINTA – SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

5.0.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir rigorosamente todas as Normas Regulamentadoras (NRs) de Segurança e Medicina do Trabalho aprovadas pela Portaria MTb nº 3.214/1978 e alterações posteriores, em especial a **NR-12**, garantindo que todos os equipamentos e máquinas utilizados possuam os dispositivos de segurança exigidos e que os operadores possuam capacitação específica e atualizada.

6. CLÁUSULA SEXTA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com o Termo de Referência, com as Ordens de Serviço emitidas e com as normas legais aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidores formalmente designados por portaria, com indicação de gestor do contrato, fiscal(is) titular(es) e respectivo(s) substituto(s), observado o disposto na Lei n.º 14.133/2021 e no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos do Estado.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução da respectiva Ordem de Serviço será prorrogado pelo tempo correspondente, mediante registro nos autos, por meio de apostila ou outro instrumento cabível.

6.4. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas, preferencialmente, por escrito, admitido o uso de meio eletrônico institucional, especialmente para fins de notificações, solicitações, esclarecimentos e registros relacionados à execução contratual.

6.5. Após a assinatura do contrato, a Administração poderá convocar representante da empresa contratada para reunião inicial, destinada à apresentação das regras de execução, do modelo de fiscalização, do fluxo de emissão de Ordens de Serviço, do modelo de medição e pagamento, das penalidades aplicáveis e dos canais formais de comunicação.

6.6. FISCAL DO CONTRATO

I - São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

II - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e as divergências surgidas na execução dos serviços;

III - Juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

IV - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada em desacordo com a execução dos serviços contratados, determinando prazo para a correção;

V - Proceder à medição dos serviços executados, com base nas Ordens de Serviço, nos diários de bordo e nos registros de quilometragem, e aprovar a planilha de medição apresentada pela contratada, conforme disposto no contrato;

VI - Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que sejam adotadas as providências necessárias;

VII - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar ou comprometer a execução dos serviços nas condições e prazos previstos;

VIII - Adotar medidas preventivas de controle do contrato, inclusive manifestar-se quanto à suspensão da execução de Ordens de Serviço, quando constatadas irregularidades relevantes;

IX - Realizar a conferência das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, bem como dos documentos exigidos para o pagamento, verificando a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor do contrato para ratificação;

- X - Proceder à avaliação dos serviços executados pela contratada, quanto à conformidade com o Termo de Referência e as Ordens de Serviço;
- XI - Determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução exigíveis para a adequada prestação dos serviços;
- XII - Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva, quando aplicável;
- XIII - Determinar a retirada ou substituição de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive de eventuais subcontratadas, que, a seu critério, comprometa o adequado andamento dos serviços;
- XIV - Manter contato com o preposto da contratada e, quando necessário, promover reuniões periódicas ou específicas para a resolução de problemas relacionados à execução dos serviços;
- XV - Emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;
- XVI - Verificar a correta execução dos serviços conforme as condições pactuadas;
- XVII - Requerer da contratada testes, verificações ou comprovações que se façam necessários ao controle da qualidade da execução dos serviços;
- XVIII - Realizar, quando aplicável, o recebimento do objeto contratado, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133/2021; e
- XIX - Propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades.
- XX - efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP;
- XXI - preencher o termo de avaliação de contrato administrativo disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços; e
- XXII - inserir os dados referentes ao contrato no PNCP.

6.7. GESTOR DO CONTRATO

- 6.7.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 6.7.2. solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário;
- 6.7.3. Emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;
- 6.7.4. indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;
- 6.7.5. dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;
- 6.7.6. quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;
- 6.7.7. acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato;
- 6.7.8. analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;
- 6.7.9. observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro;
- 6.7.10. decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública;
- 6.7.11. quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;
- 6.7.12. analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;
- 6.7.13. tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;

- 6.7.14. exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;
- 6.7.15. coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;
- 6.7.16. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato;
- 6.7.17. acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 6.7.18. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública;
- 6.7.19. receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 6.7.20. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP;
- 6.7.21. preencher o termo de avaliação de contrato administrativo disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
- 6.7.22. inserir os dados referentes ao contrato no PNCP.

7. CLÁUSULA SÉTIMA– SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Fica vedada a subcontratação integral do objeto, bem como a atuação da contratada como mera intermediadora de serviços.
- 7.2. Admite-se, de forma excepcional e parcial, a subcontratação de serviços, limitada a até 50% (cinquenta por cento) dos veículos utilizados por demanda, desde que previamente comunicada e autorizada pela Administração, permanecendo a contratada principal integralmente responsável pela execução do contrato, pela qualidade dos serviços prestados e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitárias e contratuais.
- 7.3. A subcontratação não implicará, em nenhuma hipótese, vínculo jurídico, contratual ou trabalhista entre a Administração Pública e a empresa subcontratada ou seus empregados.

8. CLÁUSULA OITAVA– PREÇO

- 8.1. O valor total do presente contrato é de R\$ _____, já incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas que sejam pertinentes ao objeto contratado.

9. CLÁUSULA NONA– LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento dos materiais efetivamente fornecidos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.
- 9.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.
- 9.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:
- 9.3.1.
- 9.3.2. CNPJ nº
- 9.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de da entrega do bem permanente, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.
- 9.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 9.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

EM = $N \times VP \times I / 365$), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

9.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

9.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

9.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

9.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

9.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da contratante, além daquelas previstas na legislação aplicável e nas demais disposições do Termo de Referência:

10.1.1. Efetuar o pagamento à contratada nos prazos e condições estabelecidos no contrato, após a regular execução dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada, com base na medição aprovada;

10.1.2. Emitir as Ordens de Serviço necessárias à execução do objeto, fornecendo à contratada todas as informações indispensáveis à adequada prestação dos serviços, tais como locais, horários, rotas e demais condições operacionais;

10.1.3. Exercer a gestão e a fiscalização do contrato, por meio de servidor(es) formalmente designado(s), acompanhando a execução dos serviços e verificando sua conformidade com o Termo de Referência, o contrato e as Ordens de Serviço;

10.1.4. Registrar, documentar e comunicar à contratada, por escrito ou por meio eletrônico institucional, quaisquer ocorrências, falhas, impropriedades ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, quando cabível;

10.1.5. Aplicar, quando for o caso, as sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente, devidamente motivadas e precedidas do contraditório e da ampla defesa;

10.1.6. Atestar as medições dos serviços efetivamente executados, quando em conformidade com as condições pactuadas, encaminhando-as para fins de processamento do pagamento;

10.1.7. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por quaisquer danos causados a terceiros decorrentes de atos praticados pela contratada, por seus empregados, prepostos ou subcontratados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. Além das obrigações decorrentes da legislação aplicável e das demais disposições constantes neste Termo de Referência e no contrato, são obrigações da contratada:

11.2. Executar os serviços de transporte terrestre de passageiros conforme as Ordens de Serviço emitidas pela Administração, observando rigorosamente os prazos, horários, locais, rotas e demais condições estabelecidas;

11.3. Disponibilizar, para a execução dos serviços, veículos e motoristas devidamente habilitados, regularizados e em condições adequadas de segurança, conservação, conforto e higiene, em conformidade com as exigências do Termo de Referência;

11.4. Assumir, como exclusivamente seus, todos os riscos, encargos e despesas decorrentes da execução dos serviços, inclusive aqueles relacionados a mão de obra, combustível, manutenção, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, deslocamento de pessoal e demais custos necessários à perfeita execução do objeto;

- 11.5. Responsabilizar-se pela idoneidade, conduta e atos praticados por seus empregados, prepostos ou subcontratados, respondendo por quaisquer danos causados à Administração, aos passageiros ou a terceiros, decorrentes da execução contratual;
- 11.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração ou da fiscalização, inerentes à execução do contrato ou da Ata de Registro de Preços, sem ônus adicional para a contratante;
- 11.7. Comunicar à Administração, com a antecedência possível, ou imediatamente após a ciência do fato, as ocorrências que possam comprometer o cumprimento da Ordem de Serviço, apresentando a devida justificativa;
- 11.8. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista exigidas na licitação;
- 11.9. Substituir, às suas expensas e no prazo definido pela Administração, veículo ou motorista que não atenda às exigências legais, regulamentares ou contratuais, ou que comprometa a adequada execução dos serviços;
- 11.10. Cumprir integralmente a legislação de trânsito, ambiental, trabalhista, previdenciária, securitária e regulatória aplicável à execução dos serviços de transporte;
- 11.11. Não permitir a utilização de trabalho de menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nem a utilização de trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, em conformidade com a legislação vigente;
- 11.12. Manter comunicação eficiente com a Administração, especialmente quanto à execução das Ordens de Serviço, substituições, ocorrências relevantes e ajustes operacionais necessários;
- 11.13. Cumprir integralmente as disposições deste Termo de Referência, do contrato e das Ordens de Serviço, não se eximindo de responsabilidade sob a alegação de desconhecimento das condições estabelecidas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1. Nos termos do art. 96 da Lei n.º 14.133/2021, não será exigida a prestação de garantia de execução contratual, considerando a natureza do objeto, o modelo de contratação adotado, a forma de medição e pagamento por quilômetro efetivamente percorrido com passageiros e a alocação dos riscos operacionais à contratada.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DO OBJETO

- 13.1. O prazo de garantia do objeto será de 12 (doze) meses, contra qualquer defeito de fabricação e/ou falha, contados da data do recebimento definitivo do objeto.
- 13.2. A contratada se obriga, dentro do prazo de prestar garantia contra defeito e vícios de fabricação, sem qualquer ônus adicional para a Secretaria de Estado de Agricultura, contados a partir do seu recebimento definitivo;
- 13.3. No caso de defeito(s) em peça(s) e se, consequentemente, houvera sua substituição, a garantia será contada a partir da nova data da substituição da(s) peça(s) defeituosa(s);
- 13.4. A contratada deverá dispor de assistência técnica autorizada/credenciada em todo território nacional.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato; g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas

“e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa, na forma prevista na legislação vigente.

III - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

IV - A penalidade de advertência subitem “a” do item I (der causa à inexecução parcial do contrato), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

V - Será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por motivo injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias

VI - Será aplicada multa compensatória nas seguintes hipóteses:

a) No caso inexecução total do objeto a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente.

b) Para as infrações previstas nos incisos “a” e “b” do item I, a multa será de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida.

c) Para a infração prevista no inciso “d” do item I, a multa será de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.

d) Para as infrações previstas nos incisos “e” e “g” do item I, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.

VII - O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens “b”, “c” e “d” do item I, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

VIII - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens “e”, “f”, “g”, do subitem I, bem como pelas infrações dos subitens “b”, “c” e “d” do item I que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

IX - A sanção estabelecida no subitem “d” do item II, será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da administração;

X - As sanções previstas nos subitens “a”, “c” e “d” do item II poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem “b” do mesmo item.

XI - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada e o valor remanescente poderá ser cobrado judicialmente.

XII - A aplicação das sanções previstas no item II não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do

contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

15.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

15.2.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições:

15.3. não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

15.4. assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

15.5. Os emitentes das garantias previstas no [art. 96](#) da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

15.6. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

15.8. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

15.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da

Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

e) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. Aplica-se o reequilíbrio econômico-financeiro stricto sensu, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 14.133/2021, quando comprovada a ocorrência de fatos supervenientes que caracterizem álea econômica extraordinária e extracontratual, tais como força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou eventos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que impactem diretamente os custos da execução contratual.

16.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido a qualquer tempo, mediante comprovação objetiva e documental do desequilíbrio, tendo por finalidade exclusiva o restabelecimento da equação econômico-financeira originalmente pactuada, vedada a ampliação da margem de lucro inicialmente contratada.

16.3. A contratada deverá apresentar requerimento formal, devidamente justificado, instruído, no mínimo, com:

a) planilha de composição do novo preço, com a mesma estrutura da planilha originalmente contratada, indicando os itens efetivamente impactados;

b) documentos fiscais, índices oficiais ou outros elementos idôneos que comprovem o fato gerador do desequilíbrio e seu impacto direto na execução dos serviços.

16.4. Enquanto não formalizado o reequilíbrio, a contratada deverá manter a execução regular dos serviços, nas condições originalmente pactuadas, vedada a suspensão unilateral da prestação.

16.5. O reequilíbrio, quando concedido, será formalizado por termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso, produzindo efeitos financeiros a partir da data do protocolo do pedido, desde que devidamente comprovado o desequilíbrio.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTE

17.1. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

17.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado da contratação.

17.1.2. Aplica-se o reajuste de preços como forma ordinária de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 135 da Lei n.º 14.133/2021, em razão do decurso do tempo e da perda do poder aquisitivo da moeda.

17.1.3. O reajuste observará o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data do orçamento estimado da contratação, e será realizado mediante aplicação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou de outro índice oficial que venha a substituí-lo, incidindo exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, sem alteração da natureza sob demanda da contratação decorrente do Sistema de Registro de Preços.

17.1.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

17.1.5. Na hipótese de extinção, suspensão ou indisponibilidade do índice adotado, será aplicado o índice que vier a substituí-lo, conforme a legislação vigente, ou, na ausência de previsão legal, será definido novo índice oficial por meio de termo aditivo.

17.1.6. O reajuste será formalizado por apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, quando não houver alteração das demais cláusulas contratuais.

17.2. DA REVISÃO DE PREÇOS:

17.2.1. A revisão de preços poderá ser admitida apenas de forma excepcional e residual, quando juridicamente cabível, mediante justificativa técnica específica, sem substituição do reajuste nem do reequilíbrio econômico-financeiro stricto sensu, observados os limites de mercado e vedada a ampliação da margem de lucro originalmente pactuada.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato;

18.2. A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis;

18.3. A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da Procuradoria Geral do Estado, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

- a) E-mail:
- b) Telefone:
- c) WhatsApp:
- d) Endereço:

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

19.1.1. Cód. Órgão / Unidade Executora:

19.1.2. Programa de Trabalho:

19.1.3. Elemento de Despesa:

19.1.4. Fonte de Recurso:

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.0.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– ALTERAÇÕES

21.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

21.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, observado que, por se tratar de contratação decorrente de Sistema de Registro de Preços, tais alterações não implicam garantia de consumo mínimo nem ampliação automática da demanda originalmente estimada.

21.3. As alterações contratuais deverão ser formalizadas por termo aditivo, previamente submetido à aprovação da consultoria jurídica do contratante, ressalvados os casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei n.º 14.133/2021.

21.4. Os registros que não caracterizarem alteração do contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

22.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FORO

23.0.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Secretário de Estado de Agricultura - SEAGRI CONTRATANTE	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Representante Legal CONTRATADA
--	--



Documento assinado eletronicamente por **JOAO PAULO EVANGELISTA DE SOUZA**, em 27/03/2026, às 10:36, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP1CEB8E 0EF3BACB DC0C36F3 464E2DE8** e código CRC **E6C9BD**

